

Comunicado de Imprensa

21 de Julho de 2021

Ministério da Agricultura ignora peritos nomeados, académicos e ONGAs na elaboração do Plano Estratégico da PAC e coloca em causa Pessoas e Ambiente

Plano Estratégico para a PAC 2023-27 em Portugal põe em causa o futuro da biodiversidade nacional e da qualidade de vida das populações. Este instrumento de política fundamental para o futuro das pessoas e da natureza tem de ser mais sustentável, justo e benéfico do ponto de vista ambiental, social e económico.

No seguimento da **tomada de posição de 14 ONGAs portuguesas no início deste mês de Julho**, que consideraram a proposta de estrutura do PEPAC para Portugal do GPP/Ministério da Agricultura um potencial atentado à natureza e à biodiversidade nacional, que é a base de toda a vida, [foram agora 9 dos peritos convidados pelo GPP para acompanhar o processo que tornaram pública a sua posição de preocupação sobre a nova PAC](#). Parte destes peritos inclusive já se demitiu do acompanhamento do processo. Em **Abril deste ano, mais de 100 académicos publicaram um [manifesto expondo os desafios que a agricultura nacional enfrenta e apelando a que este setor faça uma verdadeira transição ecológica](#)**.

As preocupações de todos são evidentes: a agricultura é uma das principais causas da perda de biodiversidade na União Europeia; em Portugal é o principal consumidor de água; e o setor precisa também de reduzir as suas emissões de gases com efeito de estufa e outros impactos sobre a biodiversidade. **No entanto, as propostas até agora apresentadas durante a elaboração do PEPAC não respondem a nenhum destes desafios.**

Pelo contrário, a informação disponível no site do GPP, sobre a estrutura do PEPAC, torna evidente que **as intenções do Estado Português para a aplicação do financiamento da PAC 2023-27 não sofreram alterações significativas face ao anterior quadro comunitário**. Continua por realizar uma verdadeira reforma da aplicação desta política em Portugal, capaz de operar uma mudança transformadora no sector da agricultura e nos sistemas alimentares tendo em vista a sua sustentabilidade ambiental e social. **O documento tal como está não irá contribuir adequadamente para o cumprimento dos objetivos do Pacto Ecológico Europeu.**

“Até aqui a Ministra da Agricultura tem ignorado os peritos, as ONGAs, a ciência, a saúde pública, em suma, a sociedade civil que exige um planeta mais sustentável para as próximas gerações. As ONGAs procuraram contribuir para o PEPAC com propostas concretas enviadas o ano passado em Julho, a maior parte das quais não foram refletidas nos documentos postos em consulta pública no final do ano”, afirmam as organizações.

“Alguns destes conteúdos são muito preocupantes e colocam em causa a Estratégia de Biodiversidade 2030, a Estratégia do Prado ao Prato e as metas da UE em matéria de mitigação e adaptação às alterações climáticas”, acrescentam.

As ONGAs lembram ainda que **a primeira versão do documento deveria ter sido tornada pública durante o presente mês de julho, mas a sua publicação foi agora empurrada para setembro quando Portugal tem de apresentar a sua proposta à Comissão Europeia até 1 de janeiro, o que faz temer o pior** - mais do mesmo, evitando-se o debate e a participação consequentes de toda a sociedade.

“A Ministra da Agricultura continua a ignorar todas estas vozes que representam a sociedade civil, e que já disseram ser preciso mudar os conteúdos do PEPAC e a forma como se está a conduzir este processo. A Ministra não pode continuar a ignorar as propostas feitas pelas ONGAs, pelos académicos e pelos peritos.”

O PEPAC é importantíssimo para Portugal ao canalizar a sua quota-parte do orçamento da PAC, que representa cerca de um terço de todo o orçamento da UE: a nova PAC determinará não só o tipo de produção de alimentos que teremos no futuro, que deve estar em equilíbrio com o planeta, mas também a natureza que queremos e que temos direito a ter de volta e que é o escudo protetor da humanidade.

A proposta de arquitetura do PEPAC Português requer uma profunda revisão; a atual proposta não é positiva nem para o ambiente nem para o clima. Assim, as ONGAs exigem:

1. uma PAC que premeia quem faz realmente melhor, compensando os agricultores de acordo com o nível de melhorias no desempenho ambiental e climático.
2. uma PAC que produz alimentos sustentáveis, assegurando que pelo menos 30% das ajudas diretas à produção contribuem também para benefícios para o ambiente e clima.
3. uma PAC que fomenta a biodiversidade criando mais espaço para a natureza, e favorecendo TODAS as explorações agrícolas que promovam MAIORES valores de biodiversidade e elementos paisagísticos, principalmente na Rede Natura 2000.
4. uma PAC que cumpre as metas do Acordo de Paris e é coerente com as políticas nacionais de adaptação e combate às alterações climáticas.
5. uma PAC que não apoia novos projetos de regadio que ameçam a conservação dos agroecossistemas e o bom estado dos nossos aquíferos, rios e ribeiras, bem como as pessoas e biodiversidade que deles dependem.

O PEPAC também tem de contribuir para a luta contra as alterações climáticas através da descarbonização do Sistema Alimentar, que entre várias coisas passa por: encurtar as cadeias de abastecimento, por fomentar sistemas alimentares locais, por produzir alimentos saudáveis de forma sustentável, por utilizar de forma sustentável recursos naturais (em especial solo e água) e factores de produção.

As ONGAs estão disponíveis para concertar esforços com estas e mais vozes da sociedade civil, incluindo a participação numa plataforma que venha a ser criada para trabalhar com o Ministério da Agricultura na reformulação urgente do PEPAC.

As 15 ONGAs subscritoras deste comunicado:

A ROCHA - Associação Cristã de Estudos e Defesa do Ambiente
ADPM - Associação de Defesa do Património de Mértola
ALDEIA - Acção, Liberdade, Desenvolvimento, Educação, Investigação, Ambiente
Almargem - Associação de Defesa do Património Natural e Cultural do Algarve
ANP|WWF – Associação Natureza Portugal, em associação com a WWF
ATN - Associação de Transumância e Natureza
FAPAS – Associação Portuguesa para a Conservação da Biodiversidade
GEOTA – Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente
LPN – Liga para a Protecção da Natureza
PALOMBAR - Conservação da Natureza e do Património Rural
QUERCUS – Associação Nacional de Conservação da Natureza
SPEA – Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves
SPB - Sociedade Portuguesa de Botânica
SPECO - Sociedade Portuguesa de Ecologia
ZERO - Associação Sistema Terrestre Sustentável

**A ROCHA | ADPM | ALDEIA | Almargem | ANP|WWF | ATN | FAPAS | GEOTA
| LPN | PALOMBAR | QUERCUS | SPEA | SPBotânica | SPECO | ZERO**

Para mais informações:

Marcial Felgueiras (A Rocha) | 965145696 | marcial.felgueiras@arocha.org

Jorge Revez (ADPM) | 967818958 | jorgerevez@adpm.pt

Isabel Sá (ALDEIA) | 962255827 | aldeiamail@gmail.com

Anabela Santos (Almargem) | 925482138 | asantos@almargem.org

Catarina Grilo (ANP|WWF) | 960101668 | cgrilo@natureza-portugal.org

Vanda Brás (ATNatureza) | 966 299 552 | vanda.bras@atnatureza.org

Nuno Gomes Oliveira (FAPAS) | 917888272 | nuno.oliveira@fapas.pt

Hélder Careto (GEOTA) | 962602680 | geota@geota.pt

Eduardo Santos (LPN) | 964119504 | eduardo.santos@lpn.pt

José Pereira (Palombar) | 926862770 | josepereira@palombar.pt

Alexandra Azevedo (Quercus) | 936464658 | alexandraazevedo@quercus.pt

Joaquim Teodósio (SPEA) | 912737243 | joaquim.teodosio@spea.pt

Miguel Porto (SPBotânica) | mpbertolo@gmail.com

Maria Amélia Martins-Loução (SPECO) | 917240391 | info@speco.pt

Pedro Horta (ZERO) | 966962281 | pedro.horta@zero.org